

EUA aplica sanções à esposa de Moraes; STF repudia

Trump a incluiu na Lei Magnitsky e revoga vistos de autoridades

Por Karoline Cavalcante

O governo brasileiro manifestou, nesta segunda-feira (22), “profunda indignação” após o anúncio dos Estados Unidos de que a Lei Magnitsky seria aplicada à Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e ao instituto Lex, vinculado à família do magistrado. A medida, que já atinge Moraes desde o final de julho, foi divulgada pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA.

Em uma nota oficial, o Ministério das Relações Exteriores condenou a decisão, considerando-a mais uma tentativa de ingerência dos EUA nos assuntos internos do Brasil. O governo brasileiro classificou a sanção como uma “justificativa falsa” para a imposição de restrições. “Esse novo ataque à soberania brasileira não logrará seu objetivo de beneficiar aqueles que lideraram a tentativa frustrada de golpe de Estado, alguns dos quais já foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal. O Brasil não se curvará a mais essa agressão”, afirmou a nota, referindo-se à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete membros do “Núcleo Crucial” da denúncia, que articulavam uma tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022.

Lei Magnitsky

Sancionada em 2016, a Lei Magnitsky foi criada para punir graves violações de direitos humanos e corrupção de grande escala. A inclusão de um indivíduo na lista implica, além da revogação do visto e da proi-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Aplicação reforça a pressão do governo dos EUA sobre o STF e seus membros

bição de entrada nos EUA, restrições significativas em transações financeiras com pessoas ou empresas norte-americanas. Isso também inclui o bloqueio de acesso a serviços como Visa, Mastercard, American Express, e grandes empresas de tecnologia como Google, Apple, Meta, Microsoft e Amazon. A medida pode afetar ainda mais o ambiente digital, uma vez que essas plataformas podem restringir ou suspender serviços como e-mails, redes sociais, armazenamento em nuvem e licenças de software.

A nova sanção segue a linha das restrições já aplicadas ao ministro, em julho, e reforça a pressão do governo dos EUA sobre o STF e seus membros. A decisão ocorre em meio a um aumento nas tensões entre os dois países, em parte devido ao julgamento de Bolsonaro, atualmente em prisão domiciliar, enquanto aguarda o período de apelação de sua condenação a 27 anos e três meses de prisão.

Moraes é o relator da Ação Penal 2668, que trata da tentativa de golpe de Estado, e tem sido alvo de críticas, principalmente por sua postura em relação a Bolsonaro e à imposição de restrições a plataformas de mídia social sediadas nos EUA que não cumpriram as leis locais.

‘Injustiça’

Para o juiz, a aplicação de sanções à sua esposa é “ilegal e lamentável”, argumentando que além de contrariar os princípios históricos de respeito à lei e aos direitos fundamentais dos EUA, também fere o Direito Internacional, a soberania do Brasil e a independência do Judiciário.

“As instituições brasileiras são fortes e sólidas. O caminho é o respeito à Constituição, não havendo possibilidade constitucional de impunidade, omissão ou covarde apaziguamento. Como integrante do Supremo Tribunal Federal, continuarei a cumprir minha missão constitucional de julgar com inde-

pendência e imparcialidade”, declarou Moraes. O STF também se posicionou contra a decisão, classificando-a como “injusta”.

Mais sanções

O anúncio da sanção ocorreu pouco antes da chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aos Estados Unidos, onde participaria da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Não foi o único movimento. Também ao longo do dia, a Casa Branca revogou o visto de mais sete autoridades brasileiras, entre elas o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias; o ex-secretário-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na gestão de Moraes, José Levi; o ex-ministro do TSE Benedito Gonçalves; e membros do gabinete de Moraes.

A tensão também se reflete no cenário interno. Enquanto impõe sanções ao Brasil, Trump, ameaça cancelar as licenças de emissoras de rádio e televisão que criticam seu governo.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Ricardo Stuckert/PR

Moraes com a mulher, Viviane Barci de Moraes

Radicalismo dos Bolsonaro atrapalha acordo sobre penas

As posições radicais da família Bolsonaro — que incluem apoio a novas sanções norte-americanas — complicam negociações em torno de uma redução de penas para condenados pela tentativa golpista.

Ao comemorar a aplicação da Lei Magnitsky à advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Alexandre de Moraes, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP),

reiterou sua posição de só aceitar uma anistia ampla — e deixou ainda mais longe da liberdade os muitos condenados pelo 8 de Janeiro.

Na avaliação de setores moderados do Congresso, ao bater pé pelo tudo ou nada e estimular a briga, a família Bolsonaro complica uma saída que envolva uma concordância até do Supremo Tribunal Federal.

Poder do STF

Como explicou na coluna de ontem o professor de direito Breno Melaragno Costa, o STF tem poderes até para declarar inconstitucional a redução de penas no Código Penal caso avalie que a medida tem caráter casuístico e oportunista. As mudanças teriam efeito geral.

Resistência

Relator da proposta de anistia, o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) não quer comprar briga com o STF e tenta conseguir apoio entre partidos do Centrão. O problema é negociar benefícios para condenados por tentativa de golpe sem o aval bolsonarista.

PL que amplia isenção de IR deve ser votado na próxima semana

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), antecipou que o projeto de lei do governo federal que amplia a isenção do pagamento do Imposto de Renda (IR) para pessoas que ganham até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025) deve ser votado na Câmara na próxima semana. A previsão foi comunicada por Motta nesta segunda-feira (22), durante evento promovido pelo banco BTG Pactual, em São Paulo. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou a urgência do projeto — acelerando a tramitação do projeto, permitindo que ele não tenha que ser apreciado e discutido nas demais comissões da Casa, mas o texto foi aprovado em comissão especial criada para discutir a medida — em 21 de agosto.

“Chamei o deputado Arthur Lira para ir ao colégio de líderes esta semana explicar o seu relatório, e para que, ouvindo o colégio, possamos ter ainda esta semana uma posição sobre a pauta e, se possível, já levarmos a pauta na semana que vem [para votação]. Essa é uma pauta importante, nós sabemos o quanto ela irá trazer, do ponto de vista da justiça tributária, avanços significativos para milhões de brasileiros e brasileiras. Eu penso que é uma pauta que no seu amadurecimento, chega o momento de levarmos essa pauta ao plenário”, informou o presidente da Câmara durante evento.

Motta se referiu à reunião de líderes da Câmara, prevista para



Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Votação foi anunciada após Motta ser criticado por anistia

esta terça-feira (23). Na reunião, tanto ele quanto o relator da proposta negociarão a votação com os líderes. O presidente da Câmara disse que o Plenário é soberano, mas é preciso ter responsabilidade, porque a decisão afeta as contas públicas. Ele não acredita que as compensações para a isenção sugeridas pelo governo sejam retiradas do texto pela oposição, o que implicaria uma crise fiscal.

Relatado pelo deputado Arthur Lira (PP-AL), o texto determina que para compensar a falta de arrecadação com a ampliação da faixa de isenção do imposto de renda, o PL 1087/2025 impõem uma taxa aos “super-ricos”. Será

aplicada uma alíquota progressiva de até 10% para os contribuintes que ganham acima de R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês).

Além da isenção total para contribuintes que ganham até R\$ 5 mil por mês, o texto também determina a isenção parcial da cobrança do Imposto de Renda para quem ganha entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Inicialmente, a isenção parcial valia para quem ganha até R\$ 7 mil mensais, mas Lira aumentou a faixa. Segundo Arthur Lira, a mudança vai atingir 500 mil pessoas a mais no Brasil e resultará num impacto de R\$ 17 milhões acumulados nos anos de 2026 a 2028.

‘Pautas tóxicas’

Ainda no evento, o parlamentar defendeu a chamada PEC da Blindagem, Proposta de Emenda à Constituição que determina que ações judiciais somente poderão ser aplicadas contra parlamentares que cometerem crimes após aval do próprio Congresso. As falas vieram em decorrência da forte repercussão negativa que Motta teve com a aprovação da medida, especialmente em manifestações por todo país que ocorreram neste domingo (21).

Ele disse que o debate da PEC foi distorcida e que, nas palavras de Hugo Motta, não teria sido articulada para blindar parlamentares de processos por “crimes comuns”, mas para conter supostos excessos do Judiciário contra deputados. “Nós temos deputados sendo processados por crimes de opinião, temos deputados sendo processados por discursos na Tribuna, temos deputados sendo processados por uso das redes sociais”, ele defendeu.

Com a medida, Motta alegou que o Congresso precisa “tirar da frente todas essas pautas tóxicas”, para o Legislativo voltar a votar pautas de interesse para a população: “Nós vamos tirar essas pautas tóxicas, porque ninguém aguenta mais essa discussão. Nós temos que começar a discutir aquilo que realmente importa, que é uma reforma administrativa, que é essa questão do Imposto de Renda, que é podermos discutir a segurança pública, que é termos uma pauta de entregas à sociedade”.



Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

Presidente do PL busca um equilíbrio

A esperança num acordo articulado por Costa Neto

Presidente do PL, Valdemar Costa Neto é encarado como o único capaz de costurar uma solução dentro de seu próprio partido.

Nos últimos dias, ele afirmou respeitar a decisão do STF de condenar o ex-presidente da República e trocar acusações públicas com Eduardo Bolsonaro.

Costa Neto, porém, sabe que não pode romper com o responsável pela transformação de seu partido no dono da maior bancada na Câmara, o que se reflete diretamente na arrecadação de recursos públicos.

Ele já indicou aceitar a proposta de redução de penas, mas não quer ver o partido rachado.

PT contra

As manifestações de domingo passado reforçaram a convicção do governo de que não cabe à sua base fazer qualquer concessão que permita algum benefício a condenados. Para petistas, a eventual redução de penas é problema da direita, não deles.

A paz

A apresentação de artistas no Rio marcou a reaproximação de dois gigantes da nossa música: Paulinho da Viola e Gilberto Gil. Eles romperam relações há quase 30 anos, em meio à discussão sobre cachês por show na mesma Copacabana no réveillon de 1996.

Os grupo dos 12

A reação negativa ao voto de 12 petistas a favor da PEC da Blindagem mostrou para o Planalto que qualquer tentativa de conciliação será ruim. Ontem, até o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), botou no pé no freio da anistia, ao falar em “pautas tóxicas”.

Ofensa

Paulinho reclamou ao saber seu cachê era 30% dos de Gil, Gal Costa, Milton Nascimento, Caetano Veloso e Chico Buarque. O baiano chegou a dizer que poderia considerar o carioca “canalha e mentiroso”. Domingo, Gil acompanhou Paulinho com sua guitarra.